

EDITAL n°. 074/2010

Concurso Público de Provas e Títulos para Preenchimento de Vagas de professor da Carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

O Pró – Reitor de Recursos Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, no uso de suas atribuições e considerando a delegação de competência que lhe foi outorgada por meio da Portaria/R/ n°. 1.046, de 12 de dezembro de 2008, do Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2008, seção 2, p. 16; e tendo em vista o que estabelecem a Lei n°. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o **Estatuto e o Regimento Geral da UFU**, e demais legislação pertinente e complementar; considerando os termos da **Resolução n°. 08/2007-CONDIR de 13 de julho de 2007, alterada pela Resolução n°. 06/2009-CONDIR de 06 de julho de 2009 ambas do Conselho Diretor**; e ainda considerando o disposto na **Portaria MEC n°. 528 26 de abril de 2010**, torna público que será realizado Concurso Público de Provas e Títulos, para preenchimento de 01 vaga de Professor da Carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, da Universidade Federal de Uberlândia, para a **ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, mediante as normas contidas neste Edital.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O concurso visa ao preenchimento, pelos candidatos nele habilitados e aprovados e considerados aptos, em exame de saúde, obedecida a ordem de classificação, das vagas destinadas a atender a **Escola de Educação Básica – ESEBA/UFU**.

2 - DO REGIME JURÍDICO/REGIME DE TRABALHO/TRIBUIÇÕES DO CARGO

2.1 – O regime jurídico será o da Lei n°. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2.2 – O Regime de trabalho é o de **Dedicação Exclusiva**, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho em 2 (dois) turnos diários completos, e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

2.2.1 - No regime de Dedicação Exclusiva o Professor deverá assinar Termo de Compromisso de cumprimento do regime de trabalho.

2.2.2 – O candidato nomeado em regime de dedicação exclusiva somente poderá ter alterado esse regime depois de decorridos, no mínimo, cinco anos de efetivo exercício de cargo de professor no referido regime.

2.3 - São atribuições do cargo de professor as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de administração universitária, constantes de planos de trabalho e de programas elaborados pelas Unidades Acadêmicas e Unidades Especiais de Ensino ou de atos emanados de órgãos ou autoridades competentes e demais disposições do artigo 173 do Regimento Geral da Universidade e outras obrigações decorrentes da legislação federal ou da legislação interna da Instituição.

2.3.1 - No exercício de suas atribuições o professor incumbir-se-á de:

- I. Participar da elaboração da proposta pedagógica de sua Unidade;
- II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua Unidade;
- III. Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. Estabelecer estratégias de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais;
- V. Ministrar, com frequência obrigatória, as aulas que lhe forem designadas pela sua Unidade, nos dias letivos e horários fixados pela Unidade competente, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI. Promover e desenvolver atividades de pesquisa e de extensão; e
- VII. Colaborar com as atividades de articulação da UFU com a comunidade.

2.3.2 - Todo professor fica obrigado a ministrar, no mínimo, oito horas aulas semanais.

3 - REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

3.1 – O candidato aprovado no concurso de que trata este Edital será investido no cargo, se atender às seguintes exigências:

- a) ter sido aprovado no concurso, na forma estabelecida neste Edital;
- b) ter nacionalidade brasileira. No caso de ter nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos. Se estrangeiro, ser portador de visto permanente;
- c) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- d) estar em dia com os deveres do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- e) ser portador de titulação obtida em curso credenciado e reconhecido nos termos da legislação pertinente, indispensável à investidura no cargo de professor;
- f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada perante a Junta Médica da UFU;
- g) não estar suspenso do exercício profissional, nem cumprindo outra penalidade disciplinar;
- h) apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse;

4- DA ESPECIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS

Área:	Nº. de Vagas:	Qualificação Mínima Exigida:	Regime de Trabalho
Ciências	01	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.	Dedicação Exclusiva

5 - REMUNERAÇÕES DO CARGO

5.1 - Ao candidato aprovado e investido no cargo, fica assegurada a remuneração correspondente à titulação apresentada, conforme consta do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (conforme Lei nº. 11.784/2008, art. 111), e ainda o auxílio alimentação, no valor de R\$ 304,00, conforme tabela a seguir:

Formação	Classe/Nível	Remuneração
Graduação	D-I, nível 1	R\$ 2.762,36
Especialização	D-I, nível 1	R\$ 3.120,08
Mestrado	D-I, nível 1	R\$ 4.194,70
Doutorado	D-I, nível 1	R\$ 6.106,51

6 - DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS

6.1 – A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

6.2 – As inscrições serão feitas na Escola de Educação Básica – Campus Educação Física, Rua Adutora São Pedro, nº 40, Bairro Aparecida, Sala 1N340, 3º andar. Telefone (34) 3218-2903 e 3218-2932.

6.2.1 – O período de inscrição será de **15 (quinze) dias e terá início 15 (quinze) dias após a publicação deste Edital, portanto no período de 13 a 27/10/2010, nos dias úteis, das 8h às 11h00 e das 13:30h às 16h30.**

6.2.2 – A inscrição poderá ser realizada pelo interessado, ou seu procurador mediante apresentação de procuração por instrumento particular acompanhada de **documento oficial**.

6.2.3 – O valor da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do concurso público por conveniência ou interesse da Universidade.

6.3 - Ao se inscreverem, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) requerimento em formulário próprio com declaração de acatamento às normas do Concurso, disponível **no sítio oficial da UFU (www.ufu.br) e da ESEBA (www.eseba.ufu.br);**
- b) comprovante do recolhimento da taxa de Inscrição no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais), do Banco do Brasil S/A. A GRU – Guia de Recolhimento da União para pagamento poderá ser encontrada no sítio da UFU (www.ufu.br), acesse o link GRU/Serviços Administrativos/Taxa de Concurso Público;
- c) apresentar cópia do CPF;
- d) apresentar cópia do Título de Eleitor (para brasileiros natos ou naturalizados);

e) apresentar cópia da Cédula de Identidade com foto ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado, no caso de ter nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos;

f) prova de quitação com a justiça eleitoral; e quando couber, com o serviço militar (para brasileiros natos ou naturalizados);

g) no caso de estrangeiros, cópia do passaporte atualizado, com visto permanente; quando da investidura no cargo será exigido o passaporte segundo as normas do Conselho Nacional de Imigração;

6.3.1 – Não será aceita em hipótese alguma inscrição condicionada.

6.3.2- Os programas, a sistemática do concurso, o edital completo e demais instruções complementares estarão à disposição dos interessados no local de inscrição e no sítio de internet oficial da UFU (www.ufu.br) e da ESEBA (www.eseba.ufu.br); a partir da data de início das inscrições, podendo ser divulgados a qualquer tempo após a publicação do edital.

6.3.3 - No ato da inscrição a ESEBA, divulgará ao candidato e no sítio oficial da UFU (www.ufu.br) e da ESEBA (www.eseba.ufu.br) a pontuação correspondente às atividades didáticas e/ou profissionais e produções científicas e/ou artísticas, considerando os itens dispostos nos incisos I e II, do parágrafo 3º do art. 19 da Resolução 08/2007, do CONDIR.

6.4 – Os graus obtidos no exterior deverão atender ao disposto nos parágrafos 2º e 3º do art. 48 da Lei nº. 9.394/96.

6.5 - A ESEBA divulgará, em até dez (10) dias após o encerramento das inscrições, no sítio de internet oficial da UFU e da ESEBA, sobre o resultado do deferimento da inscrição, bem como as datas, locais e horários em que deverão ocorrer as provas, **observando o período mínimo de 15(quinze) dias, entre o fim do período de inscrições e o início da primeira prova.**

6.5.1 – **Do indeferimento da inscrição caberá recurso, ao Diretor da ESEBA, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da divulgação.**

6.6 – Poderá haver isenção da taxa de inscrição para o candidato que preencher os requisitos exigidos pelo Decreto nº. 6.593, de 2 de outubro de 2008.

6.6.1 – O requerimento de isenção da taxa de inscrição deverá ser apresentado pelo candidato, ao Diretor da ESEBA, até 05 (cinco) dias úteis, antes de iniciado o período de inscrições.

6.6.2 – O pedido de isenção da taxa de inscrição será analisado e deferido ou não até o início do período das inscrições.

7 – DAS PROVAS E TÍTULOS

7.1 - O concurso público de provas e títulos será realizado em **duas** etapas compreendendo as seguintes avaliações:

I – prova escrita, valendo 100 pontos, de caráter **eliminatório e classificatório**.

II – prova didática, valendo 100 pontos, de caráter **classificatório**; e

III – apreciação de títulos, valendo 100 pontos, de caráter **classificatório**.

7.1.1 - **O candidato aprovado na Prova Escrita deverá no dia seguinte à publicação do resultado, entregar, na sala 1N340 da ESEBA/UFU, quatro vias do *curriculum vitae*, abrangendo títulos acadêmicos, atividades didáticas, atividades científicas, profissionais e/ou artísticas, sendo apenas uma via acompanhada dos documentos comprobatórios.**

7.2 - - A(s) questão (ões) e/ou o(s) tema(s) da prova escrita será (ão) selecionado(s) por sorteio a partir de uma lista elaborada pela Comissão Julgadora, abrangendo assuntos do programa adequado a esse tipo de prova.

7.2.1 - Depois de sorteadas as questões e/ou tema e antes de iniciada a prova escrita, o candidato disporá de um prazo mínimo de duas horas para consulta de obras ou trabalhos publicados.

7.2.2 - A prova escrita terá duração de quatro horas.

7.3 - A prova didática consistirá na apresentação oral, observada a ordem de inscrição, de um tema sorteado com, no mínimo, vinte e quatro horas e no máximo trinta e seis horas de antecedência, abrangendo assuntos do programa.

7.3.1 – A prova didática, cuja assistência é vedada aos demais candidatos, será realizada em sessão pública e terá duração mínima de quarenta e máxima de cinquenta minutos, podendo haver um acréscimo de até vinte minutos para arguição pela Comissão Julgadora.

7.3.2 – **A prova didática será realizada em sessão pública, devendo ser gravada para efeito de registro.**

7.4 - Na apreciação de títulos, serão atribuídos até 100 pontos para as seguintes categorias de documentos: títulos acadêmicos, atividades didáticas e/ou profissionais nos últimos cinco anos, produção científica e/ou artística nos últimos cinco anos.

7.4.1 - Valoração dos títulos acadêmicos: Doutorado – 80 pontos. Mestrado – 75 pontos. Especialização – 73 pontos e Graduação – 70 pontos. **Na valoração dos títulos acadêmicos, será considerado apenas o título de maior grau.**

7.5 - A valoração das atividades didáticas e/ou profissionais, no valor máximo de 10 pontos, e a valoração da produção científica e/ou artística, no valor máximo de 10 pontos, totalizando, no máximo, 20 pontos, será definida nos termos do art. 19, da Resolução 08/2007, do CONDIR.

7.5.1 - O candidato com maior pontuação nas atividades didáticas receberá 10 pontos, e a pontuação dos demais candidatos será calculada proporcionalmente a essa pontuação.

7.5.2 - O candidato de maior pontuação nas atividades de pesquisa e extensão receberá 10 pontos, e a pontuação dos demais candidatos será calculada proporcionalmente a essa pontuação.

7.5.3 - As atividades didáticas e/ou profissionais e da produção científica e/ou artística serão pontuadas conforme tabela a seguir:

7.5.3.1 - Atividades didáticas e/ou profissionais na área de atuação do concurso - últimos 5 anos - (10 pontos)

DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Séries finais Ensino Fundamental (4º ao 9º anos)	8,0 pontos por ano trabalhado
Ensino Médio	1,0 ponto por ano trabalhado
Ensino Superior	0,5 ponto por ano trabalhado
Orientação de estágio supervisionado, prática de ensino, monografia, trabalho de conclusão de curso, iniciação científica, programa especial de treinamento, especialização, mestrado e doutorado.	0,5 ponto por orientação

7.5.3.2 - Atividades relacionadas à produção científica e /ou artística na área de atuação do Concurso nos últimos 5 anos: 10 pontos totais

A produção científica a ser pontuada deverá estar relacionada à área de atuação para a qual o candidato se inscreveu.

Cada candidato pontuará dentro dos itens específicos da área em que se inscreveu.

O candidato que obtiver a maior pontuação na produção científica e/ou artística receberá 10 pontos e a pontuação dos demais candidatos será calculada proporcionalmente em relação à maior pontuação.

ITENS	PONTUAÇÃO
1) Publicação de artigo técnico-científico em nacional periódico nacional e/ou internacional, com corpo editorial.	3 pontos por publicação nacional 5 pontos por publicação internacional
2) Publicação de trabalho completo em anais de Reunião científica nacional e/ou internacional	3 pontos por publicação nacional 5 pontos por publicação internacional
3) Publicação de livro e/ou capítulo de livro Cultural e/ou técnico	5 pontos por publicação
4) Edição, organização e/ou coordenação de Livros ou coleções.	5 pontos por publicação
5) Tradução de livros e/ou capítulos de livros da área	3 pontos por tradução
6) Produção de caderno didático publicado por Meio de editora com corpo editorial	3 pontos por publicação
7) Monitoria em disciplinas e/ou laboratórios Relacionados à área do concurso.	2 pontos por semestre
8) Participação em comissão julgadora de eventos científicos, artísticos, culturais, esportivos, técnicos e de banca de qualificação para o exercício profissional, nos casos em que couber.	2 pontos por participação
9) Participação em comissão organizadora de	2 pontos por participação

Reuniões científicas, artísticas, culturais, técnicas E esportivas, nos casos em que couber.	
10) Participação em conselho editorial	4 pontos por participação
11) Participação como membro titular em bancas De defesa de projetos, estágio supervisionado, Monografia, dissertação de mestrado, tese de Doutorado, nos casos em que couber.	3 pontos por participação
12) Apresentação de trabalho ou mostra Documental em reunião científica nacional e/ou internacional	1 ponto por apresentação nacional 3 pontos por apresentação internacional
13) Palestras, mesa redonda, painéis e/ou debates Conferências e/ou minicursos proferidos em Congressos, seminários, simpósios em eventos Científicos nacionais e/ou internacionais.	1 ponto apresentação nacional 3 pontos apresentação internacional
14) Participação em bancas de correção de Processos seletivos	2 pontos por participação
15) Participação como membro titular em bancas De processos seletivos simplificados e /ou Concurso público	3 pontos por participação
16) Coordenação de projetos de ensino, pesquisa E/ou extensão.	4 pontos por participação
17) Participação em projetos de ensino, pesquisa E/ou extensão.	2 pontos por participação

8 – DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

8.1 - Cada examinador dará uma pontuação entre 0 e 100 pontos, por prova de cada candidato, imediatamente depois de sua realização e apreciação.

8.2 - A nota de cada prova será obtida pela média aritmética da pontuação atribuída pelos examinadores.

8.3 - A nota da apreciação de título será obtida pela média aritmética da pontuação atribuída pelos examinadores.

8.4 - A classificação geral dos candidatos far-se-á pela média aritmética das notas obtidas na apreciação de títulos, na prova escrita, na prova didática.

8.4.1 – A classificação geral dos candidatos aprovados deverá ser nos termos do Artigo 16 do Decreto nº. 6.944 de 21 de agosto de 2009, anexo II.

8.5 - Será considerado desclassificado do concurso o candidato que obtiver pontuação inferior a 70 pontos na prova escrita;

8.6 - Será considerado desclassificado do concurso o candidato que obtiver pontuação inferior a 70 pontos na classificação geral.

8.7 – O Resultado final do concurso será homologado pelo Reitor e publicado no Diário Oficial da União.

9. DA COMISSÃO JULGADORA

9.1 - O concurso será realizado por Comissão Julgadora, constituída por 04 (quatro) membros, sendo pelo menos um professor de outra Instituição de Ensino Superior e será presidido por docente da UFU, membro da Comissão.

9.1.1 - Os professores examinadores e seus respectivos suplentes serão indicados por deliberação do Conselho da ESEBA e sua divulgação será feita no sítio oficial da UFU, em **até dez** dias corridos antes da realização da primeira prova do concurso público de provas e títulos.

9.1.2 - Será considerado impedido o membro da Comissão Julgadora que tenha entre os candidatos inscritos parentes consanguíneos, civis ou afins até o terceiro grau.

9.2. – Pode ser argüida a suspeição de autoridade do membro da Comissão Julgadora que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos candidatos ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau;

9.2.1 – O membro da Comissão Julgadora que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

9.2.2 - O impedimento ou a suspeição cessarão com a desistência ou qualquer forma de eliminação, do concurso, da pessoa que os causou.

9.3 - A impugnação de membros da Comissão Julgadora será incontinenti apreciada pelo Diretor da ESEBA, cabendo recurso ao Pró-Reitor de Recursos Humanos.

9.3.1 – O prazo para pedido de impugnação de membros da Comissão Julgadora bem como o Recurso será de 02 (dois) dias corridos após a sua divulgação.

9.4 - A Comissão Julgadora tem a autoridade final na apreciação dos aspectos de conteúdo acadêmico do concurso.

9.5 - A Comissão Julgadora elaborará a ata do concurso, de forma clara e objetiva, para ser encaminhada ao Reitor, acompanhada do parecer conclusivo e resultado final do certame.

10 – DOS RECURSOS

10.1 - Admitir-se-á um único recurso para cada etapa do concurso público de provas e títulos, para cada candidato, relativamente ao conteúdo das questões e ou temas, desde que devidamente fundamentado e encaminhado diretamente ao Reitor, entregue sob protocolo ou enviado pelo correio, com aviso de recebimento ou por sedex.

10.1.2 - O recurso somente será admitido se interposto no prazo máximo de dois dias úteis subsequentes à divulgação do resultado da prova escrita, quando o concurso for realizado em duas etapas, ou do resultado final do concurso

10.2 - O recurso poderá ser promovido pelo candidato ou por seu procurador legalmente constituído.

10.3 - A Comissão Julgadora deverá dar vista da prova escrita e didática e das pontuações obtidas individualmente na prova escrita e ou na didática e na apreciação de títulos, mediante solicitação do candidato por escrito, após a divulgação do resultado final do concurso.

10.3.1 - Quando o concurso for realizado em duas etapas, o candidato, mediante solicitação por escrito, terá vista da prova escrita imediatamente após a divulgação do resultado pela Comissão Julgadora.

10.3.2 – **O candidato terá 02 (dois) dias úteis, a partir da data de divulgação do resultado da prova escrita para a solicitação da vista de prova.**

10.4 - Os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de terem os mesmos recorrido.

10.5 - Não será permitido ao candidato conhecer o conteúdo ou a pontuação individual obtida pelos demais candidatos, exceto as informações de caráter público e geral.

10.6 - A vista de prova e da pontuação individual e o recurso poderão ser promovidos e efetivados pelo candidato ou por seu procurador legalmente constituído.

10.7 - O conteúdo dos pareceres, referentes ao indeferimento ou não dos recursos apresentados quanto à prova escrita ou ao resultado final do concurso, estará à disposição dos candidatos ou de seus procuradores legalmente constituídos, na Escola de Educação Básica da UFU.

11 - DO CANDIDATO APROVADO

11.1 - A aprovação no Concurso assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Universidade, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do Concurso.

11.2 - No ato da posse o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Cópia da Cédula de Identidade ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado; no caso de ter nacionalidade portuguesa estar amparado pelo Estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos;
- b) Cópia do Título de Eleitor (para brasileiros natos ou naturalizados);
- c) Prova de quitação com a justiça eleitoral e com o serviço militar, quando couber (para brasileiros natos ou naturalizados);
- d) No caso de estrangeiros, cópia do passaporte;
- e) **Cópia autenticada da documentação comprobatória da qualificação mínima exigida para o Concurso.**
- f) Comprovar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - O prazo de validade do presente Concurso Público de Provas e Títulos será de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, no interesse da Universidade.

12.2 - Será excluído do concurso o candidato que:

I - fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

II – valendo-se da condição de servidor público, utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter a aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público;

III – agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da Comissão Julgadora;

IV – durante a realização da prova for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio fraudulento, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

V – não atender às determinações regulamentares da Universidade.

12.4 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento. **Os prazos só se iniciam e vencem em dia de expediente na Universidade.**

13 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor.

Uberlândia, 24 de setembro de 2010.

Sinésio Gomide Júnior